

Senhor Presidente da Assembleia Legislativa;
Senhoras e Senhores Deputados;
Senhor Presidente;
Senhora e Senhores membros do Governo;

Os dez minutos que me foram atribuídos, aparentemente, permitem-me apenas cumprimentar V. Exc.as, apresentar-me, agradecer a vossa atenção e despedir-me quase logo de seguida.

Aparentemente, porque na verdade não é bem assim. Dez minutos é tempo mais do que suficiente para resumir estas longas horas de debate a uma conclusão a que todos facilmente chegamos.

O Plano e o Orçamento para 2006, aqui apresentados, não são tão maus como pinta a oposição, nem tão inebriantes como louva a maioria socialista.

Há quem diga que ambas as partes cumprem assim o seu papel. Pode ser que seja verdade. Mas, mesmo assim, será tão difícil aceitar que estes documentos reforçam a autonomia financeira, embora de forma comedida, pois também não é difícil admitir o impacto que aqui tem a desorçamentação de algumas responsabilidades financeiras através de avales às sociedades entretanto criadas? Na forma e na metodologia o que é que estes documentos têm de tão diferente em relação às dezenas de outros similares que esta Câmara já aprovou, que nos faça, a alguns ter motivos de crítica feroz e a outros de auto elogio exacerbado, durante, usando uma expressão introduzida pelo Senhor Deputado Francisco Coelho, durante, três santos dias?

Dirão novamente: é o nosso papel. Mas será que é mesmo assim?

Será que o mais importante é mesmo a metodologia, a forma ou até o saber se a canada A começou no dia certo ou se o governante rosa da pasta B é mais sério que o alternativo laranja para o mesmo dossier?

Será que no conteúdo, nas políticas, naquilo que ambicionamos para os Açores, não há diferenças? Não há alternativas?

Não é difícil a ninguém, hoje, admitir que este Governo Regional, até no contexto nacional, tem sido garante de estabilidade, gerando em algumas áreas focos de desenvolvimento.

Agora, isso não significa, nem pode significar, que não possa haver outras formas de encarar esse mesmo desenvolvimento.

Dou-vos um exemplo. O Governo costuma regozijar-se dizendo que a construção civil está em alta, consumindo-se assim muitos sacos de cimento. A oposição diz que não é bem assim porque também estão aí incluídos os privados, etc, etc.

Mas, de facto, será que o debate que importa fazer é esse? E a questão de fundo? Será que todos queremos caminhar para uns Açores onde a construção a toda a força é a palavra de ordem?

Mesmo na habitação, será que já paramos para pensar se o modelo de desenvolvimento que queremos, no fundo apoiado por todos, governo e oposição, governo e autarquias, é este? Qual a prioridade, por exemplo, do investimento das Portas do Mar, quando em Água Retorta ou na Bretanha, em cada 3 casas, 2 estão fechadas, porque os investimentos teimam em concentrar-se? Qual a política de habitação, quando a cidade de Ponta Delgada se afoga em prédios, enquanto a população das pequenas freguesias das nossas ilhas continua a diminuir?

Falamos todos da harmonia regional. Mas o que está a ser feito, com eficácia, para contrariar a deformação das nossas cidades, aumentando-se em cada dia os seus subúrbios, com menos qualidade de vida, mas com a cada vez maior concentração da nossa população jovem?

Hoje, que a pequena criminalidade chegou aos Açores, ficaremos todos de braços cruzados porque esse é o destino natural do progresso e da aldeia global?

E os nossos próprios problemas sociais já estão de facto ultrapassados? Os açorianos hoje estão mais próximos do nível de educação, por exemplo, dos países nórdicos, onde a cultura do cimento nunca foi a prioridade? Nesta área reconheço que têm sido até tomadas medidas corajosas, mas ainda falta a assumpção de uma cultura de excelência, a qual passa para além do Governo e envolve-nos a todos, enquanto sociedade, numa nova mentalidade, que prefere o saber e o ser, ao dizer e ao parecer.

E a pobreza? Tem sido combatida com eficácia, juntando de forma declarada o nosso esforço colectivo à responsabilização individual de cada um? O desígnio de criar condições que permitam a todos ter acesso a uma habitação digna, conjugando o esforço público com a participação das famílias, não tem sido muitas vezes confundido com o utópico objectivo de dar casas, o que continua a deixar tantas e tantas famílias de fora? As palavras de ordem deveriam ser criar condições e estendê-las a todos os que precisam. Todos conhecemos as tantas e tantas situações degradantes que ainda existem nestas nossas ilhas.

Como escreveu Paulo VI, na Octagesima Adveniens, aqueles que não dispõem de uma habitação condigna “tornam-se vítimas das condições de vida desumanizantes, degradantes para a consciência e perniciosas para a instituição familiar: - a promiscuidade nos alojamentos torna impossível um mínimo de intimidade; os jovens, por sua vez, fogem de um lar demasiado exíguo e procuram na rua compensações e companhias que escapam a qualquer vigilância. É dever grave dos responsáveis procurarem dominar e orientar estas situações...”. Fim de citação.

Temos sabido prescindir, quer ao nível regional, quer ao nível local, das gorduras da democracia, em prol do essencial? A todos, enquanto cidadãos, continuamos a encarar com naturalidade, alguns gastos populistas, sem retorno nem gosto?

Será que hoje, no tempo da modernidade, já não se encara a pobreza como uma preza fácil até para o apoio a este ou àquele projecto político? Nestas autárquicas, por exemplo, por mera hipótese académica, terá havido algum caso de distribuição de materiais de construção seja da parte das próprias autarquias, seja das entidades regionais, através de instituições locais?

Não é uma crítica. Entendam-no como um desafio de reflexão. Será que de facto aquilo que nos divide enquanto políticos é assim tanto que não nos permita trabalhar em conjunto? Deixar as divisões do acessório e assumirmos corajosamente diferenças no essencial. O mal é que passamos a vida a discutir aquilo que julgamos dar grandes louros políticos e não discutimos profundamente o essencial porque aí o politicamente correcto não permite grandes diferenças de opinião.

Cairá o Carmo e a Trindade se alguém disser que caminhamos nos Açores para uma sociedade indiferente, desumana e sem espírito de comunidade.

Com maiores índices de conforto? Certamente.

Sem nos transformarmos numa sociedade sem chama nem alma, unicamente sujeita às modas do mundo consumista? Infelizmente não parece.

Numa sociedade que, queremos todos, continue a ser verdadeiramente democrática: onde continue a haver lugar a visões diferentes.

O poder socialista consolidado não significa, nem pode significar, que não continuem a existir açorianos, em grande número, que pensam de forma diferente e acreditam noutra modelo de desenvolvimento.

O Governo dos Açores cumpre o seu papel. Agora, enganam-se aqueles que já profetizam os Açores como território de um qualquer partido único. O futuro é sempre maior do que as nossas mais criativas previsões.

Senhor Presidente
Senhoras e senhores Deputados;

Fica a pergunta: estará então tudo mal? Obviamente que não.

Pelo contrário, o progresso e a melhoria das condições de vida estão aí. Este Plano, com todos os seus defeitos ou virtudes é certamente mais um passo nesta permanente caminhada.

Agora, somos todos desafiados a saber abraçar o futuro sem prescindir dos valores que nos caracterizam e que fazem de nós, orgulhosamente, açorianos.

Muito obrigado.

Horta, Sala das Sessões, 24 de Novembro de 2005

O Deputado Regional

Paulo Gusmão